

# Integrando imigrantes e refugiados: em busca de definições<sup>1</sup>

*Integrating immigrants and refugees: searching for definitions*

**Raul Felix Barbosa\*<sup>1</sup>**

**Palavras-chave:**

Integração;  
Imigração;  
Assimilação;  
Multiculturalismo;  
Refugiados.

**Resumo:** Tratar de um tópico como a integração de imigrantes e refugiados na atualidade é uma tarefa complexa e a série de interpretações que foram e são feitas desse conceito são particularmente compostas e articuladas. É um conceito historicamente elaborado há vários séculos (já encontrado nos filósofos matemáticos da Grécia antiga) e tem sido usado e revisado constantemente pelas ciências sociais e humanas, em seus respectivos campos. Em muitas das chamadas sociedades pós-modernas, por exemplo, o conceito de integração social assumiu valências teóricas e pragmáticas plurais e profundas e, dependendo do contexto de referência cultural, social, político, econômico e mesmo intelectual, bem como do modelo sociocultural da sociedade que alguém gostaria de integrar, a interpretação deste conceito conheceu variações. Nas obras políticas literárias, científicas, sociológicas, antropológicas, pedagógicas e atuais, há uma abundante literatura sobre temas interpretativos relativos a toda uma série de mudanças sociais, como o nascimento de novas definições que adjetivam a sociedade substantiva com base em novos fatos sociais conectados a eles. Neste estudo, argumentamos que a questão da integração social e política dos imigrantes deve ser entendida além da perspectiva da identidade nacional e da coesão social e deve ser abordada a partir de uma perspectiva de justiça democrática e que o problema normativo que a teoria política enfrenta hoje é o custo da transformação das instituições políticas e dos valores sociais do país anfitrião frente pluralismo cultural em prol da justiça, da inclusão e da igualdade.

---

<sup>1</sup> Recebido em 16/12/2017. Aceito em 08/06/2018

\*1 Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: raul.felix1@yahoo.com.ar.

**Keywords:**  
Integration;  
Immigration;  
Assimilation;  
Multiculturalism;  
Refugees.

**Abstract:** *Dealing with a topic as the integration of immigrants and refugees today is a complex task and the number of interpretations that have been and are made of this concept are particularly composed and articulated. It is a concept historically elaborated several centuries ago (already found in the mathematical philosophers of ancient Greece) and has been constantly used and revised by the social and human sciences in their respective specialized fields. In many of the so-called postmodern societies, for example, the concept of social integration has assumed pluralistic and deep theoretical and pragmatic values and, depending on the context of cultural, social, political, economic and even intellectual reference, as well as the sociocultural model of society that one would like to integrate, the interpretation of this concept has experienced variations. In literary, scientific, sociological, anthropological, pedagogical, and current political works, there is an abundant literature on interpretative themes related to a whole series of social changes, such as the birth of new definitions that adjectivate the substantive society based on new social facts connected to them. In this study, we argue that the issue of social and political integration of immigrants must be understood beyond the perspective of national identity and social cohesion and must be approached from a democratic justice perspective and that the normative problem that political theory faces today is the cost of transformation of political institutions and social values of the host country against cultural pluralism in favor of justice, inclusion.*

## Introdução

**N**as últimas duas décadas, as tendências da globalização – a saber, a liberalização econômica, a demanda por mão de obra barata e os avanços na comunicação e no transporte – melhoraram a mobilidade humana de forma notável. Há um aumento exponencial no número de pessoas que vivem fora do seu local de nascimento. Em 2015, o número total de migrantes internacionais atingiu 244 milhões, o que representa um aumento de 41% desde 2000 (ONU, 2015).

O número crescente de imigrantes nos países ocidentais continuará no futuro, porque as tendências econômicas e sociopolíticas acima mencionadas da globalização provavelmente não serão alteradas em breve. As baixas taxas de fertilidade nos países ocidentais, juntamente com o crescimento econômico estável e as constantes mudanças na procura de mão-de-obra continuam a aumentar a necessidade econômica dos imigrantes (CASTLES, KOSACK, 1985).

Muitos países ocidentais começaram a observar a população imigrante como um ativo para sua economia. “Esta visão, combinada com o

reconhecimento de que os fluxos migratórios não podem ser interrompidos, ajudou a reduzir a percepção de que é necessária uma abordagem mais pragmática para gerenciar a migração (ao contrário do controle)” (LACROIX, 2010, p.4). Assim, a abordagem orientada pelo mercado para as políticas de imigração provavelmente receberá mais imigrantes no futuro.

No entanto, além de trazer benefícios econômicos tangíveis, a migração internacional também aumentou a diversidade étnica e racial. A liberalização das leis pré-imigração reduziu os obstáculos legais à migração do Sul para o Norte e do Oriente para o Ocidente. Além disso, as maiores facilidades de transporte, bem como uma maior conscientização sobre oportunidades no exterior e conflitos políticos em algumas regiões do mundo, lideraram o caminho para o aumento dos níveis de fluxo migratório internacional (REITZ *et al.*, 2009).

Daí a composição das populações de imigrantes mudou drasticamente nas duas últimas décadas, tanto em países com uma política anual de admissão de imigrantes como o Canadá e em países expostos a influxos de refugiados, como a Turquia. Para ilustrar, aproximadamente 80% dos imigrantes recentes para o Canadá nasceram em outras regiões que a Europa (STATISTIQUE CANADA, 2006).

Além disso, durante a crise dos refugiados sírios, nas cidades turcas do como Hatay, Kilis e Gaziantep, o equilíbrio demográfico alterou-se bruscamente como tal que população de Kilis (130,000) antes da guerra duplicou nos últimos anos e a população árabe explodiu: no censo de 1960, Kilis tinha menos de 1% árabe em sua população, mas esse número é era de 49,2% em 2015 (CAGAPTAY *et al.*, 2016).

Em geral, a maioria da população imigrante nos países ocidentais pode ser identificada como étnica e racialmente diferente dos nacionais dos países de acolhimento. Para alguns, essa diversidade étnica e racial suscitou sérias preocupações quanto à segurança nacional, identidade e coesão social das sociedades de acolhimento. O surgimento de partidos insurgentes nas eleições parlamentares europeias de 2014 ecoou essas ansiedades. Os partidos europeus de extrema-direita politizam a imigração como uma ameaça à identidade europeia e à segurança nacional. Essas partes geralmente dão garantia aos seus eleitores que reduzirem significativamente os fluxos de imigração recebidos e implementam políticas assimilacionistas para preservar a cultura liberal europeia e a identidade nacional (GOKSEL, 2014).

Parece que hoje “a imigração é para a política moderna o que o crime violento foi na década de 1980: uma questão aparentemente marginal que pode abrandar rapidamente uma campanha” (THE ECONOMIST, 2008). Além disso, nas campanhas de eleição presidencial de 2016 dos Estados Unidos, a questão

da integração dos imigrantes estava no topo da agenda política dos candidatos. 10 dias após a sua posse, Trump assinou uma ordem executiva intitulada "proteger a nação da entrada de terroristas estrangeiros nos Estados Unidos".

Embora esta ordem executiva seja amplamente contestada por motivos legais, o discurso oficial tenta legitimar a proibição ou revogação de vistos de alguns imigrantes para os Estados Unidos com base no fato de que os Serviços de Cidadania e Imigração dos EUA e o Programa de Admissão de Refugiados dos Estados Unidos apresentam grandes deficiências de segurança a admissão de refugiados e imigrantes de sete países muçulmanos, a saber, Irã, Iraque, Líbia, Somália, Sudão, Síria e Iémen<sup>2</sup>. Este discurso da imigração como uma ameaça à segurança nacional tem estado na vanguarda, especialmente após o 11 de setembro e as bombas do metro de Londres em 2005.

A diversidade étnica e o pluralismo cultural foram percebidos como ameaças aos valores liberais ocidentais em alguns círculos políticos e acadêmicos por vários outros motivos. Primeiro, a maioria dos imigrantes não parece, fala ou, em geral, vive como nacional na sociedade de hospedagem. Existe uma crença inquebrável entre alguns cidadãos de que muitos valores culturais imigrantes são irreconciliáveis com os valores liberais com os quais as sociedades ocidentais se identificam. Esta opinião comum cristaliza quando se trata da questão da integração de imigrantes muçulmanos nos países da Europa Ocidental.

Além de criar ansiedades sobre a segurança, o caso dos desenhos do pasquim francês Charlie Hebdo e vários outros ataques terroristas, como os de *Orlando Nightclub*, endureceram a crença de alguns dos ocidentais de que os valores culturais muçulmanos podem colidir com direitos liberais, como a liberdade de expressão e representam uma grande ameaça e eventualmente impedem a estrutura de valor ocidental. A percepção comum é que esses grupos de imigrantes, devido à sua cultura diferente, nunca se integrarão às sociedades hospedeiras, em vez disso, constituindo uma minoria marginalizada e talvez violenta que possa criar o ódio aos valores liberais ocidentais.

Além das preocupações com a segurança nacional e as culturas marginalizadas dos imigrantes, os debates sobre a imigração também giraram em torno da questão do futuro da identidade nacional diante da diversidade cultural e étnica. Enquanto os países anfitriões esperam que seus imigrantes se adaptem à cultura anfitriã no tempo, eles também reconheceram que a adaptação não é uma via unidirecional, mas exige que a sociedade hospedeira também mude. À medida que os números e a concentração (e, portanto, a visibilidade) dos imigrantes étnicos aumentam, a ameaça percebida em relação

---

<sup>2</sup> Ordem Executiva, 2017.

a identidade nacional e a coesão social da sociedade de acolhimento também aumenta. A conexão entre a identidade nacional e a coesão social pode ser explicada em termos da interpretação ocidental da cidadania baseada na identidade nacional e na comunidade como fundamento da democracia (BLOEMRAAD *et al.*, 2008).

Essas preocupações são o fundamento do discurso dominante em relação aos imigrantes nos países de acolhimento. Os inimigos da segurança nacional vivem dentro da sociedade. Os direitos liberais universalmente valorizados estão em perigo. A força vinculativa da nação está diminuindo. Declarações como essas estão inseridas no discurso dominante e levam as sociedades ocidentais a ficarem alarmadas pela própria existência de suas populações imigrantes. O termo *integração* veio à frente como uma resposta proeminente a essas preocupações. Daí a integração de imigrantes de diferentes origens étnicas e religiosas tornou-se uma questão central tanto para os decisores políticos como para os acadêmicos nas democracias ocidentais.

### **Integrar é a solução**

A integração é um conceito muito difícil de definir. Por exemplo, Banton (2001) refere-se à integração como um "conceito traiçoeiro" que não oferece critérios sensatos para operação e medição (p. 151-152). Diferentes termos como 'inclusão', 'incorporação', 'adaptação' ou 'aculturação' foram propostos para substituir o conceito desacreditado de 'integração'. No entanto, o termo 'integração' mantém sua popularidade entre os acadêmicos<sup>3</sup> e os decisores políticos, talvez devido ao seu significado altamente abstrato, o que torna o termo adequado para vários projetos de políticas (HAMBERGER, 2009). Como resultado, a integração tornou-se um termo amplamente utilizado para descrever o objetivo das políticas pós-imigração em toda a Europa Ocidental e Canadá (FAVELL, 2003).

Quando observamos o discurso dessas políticas pós-imigração, podemos concluir que, embora o termo integração tenha sido utilizado de maneiras

---

<sup>3</sup> As abordagens das ciências sociais para o termo integração também são muito diversas e fragmentadas. Embora a pesquisa sobre integração esteja sendo feita por uma variedade de disciplinas de ciências sociais, elas são desconectadas. Principalmente, os pesquisadores preferem agregar o termo integração por razões de simplificação. Por exemplo, Penninx (2005) introduz uma tipologia de integração e categoriza as políticas de integração na Europa sob três rubricas, a saber, a integração jurídica/política, socioeconômica e cultural-religiosa. Outra prática na literatura tem sido a construção de índices de índice de integração e rankings de sociedades hospedeiras em seu sucesso em um ou mais setores políticos ou em geral (IRLANDA, 2007). Índice de política de integração de migração (MIPEX) é um dos exemplos entre muitos desses esforços. O MIPEX compara o sucesso dos países europeus na integração de imigrantes com vários indicadores, como mobilidade do mercado de trabalho, reunião familiar, participação política, residência de longa duração, acesso à nacionalidade e antidiscriminação (NIESSEN, HUDDLESTON 2009).

diferentes, ainda conhece a coesão social, a unificação de uma população diversificada através da construção de uma identidade comum e estruturando um terreno comum de instituições e serviços para o envolvimento cívico de diversas comunidades (REITZ *et al.*, 2009; FAVELL, 2003).

A questão principal é como o Estado anfitrião pode gerenciar a diversidade que a população imigrante traz para a proteção da coesão social e a preservação dos valores liberais. A integração social e política dos imigrantes no seu país de acolhimento é tomada como um objetivo coletivo para os decisores políticos. No entanto, não existe um acordo comum sobre como atingir esse objetivo coletivo. Historicamente, as estratégias políticas para a integração social e política dos imigrantes se reuniram em torno do debate entre dois polos opostos, a saber, a assimilação e no multiculturalismo<sup>4</sup>. Os balanços do pêndulo entre esses dois extremos no debate sobre a política social ocorreram, uma vez que as conjunturas históricas relativas à relação entre os grupos de imigrantes e suas sociedades de acolhimento foram alteradas pelos eventos socioeconômicos e políticos contemporâneos (FAVELL, 2003).

Por um lado, os assimilacionistas argumentaram que os imigrantes só podem integrar-se à sociedade de acolhimento e se tornarem membros de pleno direito se deixam as suas identidades etnoculturais e se identifiquem como nacionais do país anfitrião. Por outro lado, os multiculturalistas assumem que a integração dos imigrantes só pode ser possível através do respeito e tolerância das identidades etnoculturais dos imigrantes. Somente assim, os imigrantes podem aceitar uma identidade comum com os nacionais e se tornarem membros de pleno direito da sociedade de acolhimento.

O debate de assimilação e multiculturalismo é contínuo dentro da literatura e dos círculos políticos. Abaixo, farei um breve histórico para circunscrever o fluxo que a noção de integração sofreu entre essas duas estratégias opostas. Esta análise revelará como o termo 'integração' foi empregado retoricamente para responder às preocupações do público em relação à estabilidade e à segurança<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Multiculturalismo, a visão de que culturas, raças e etnias, particularmente aquelas de grupos minoritários, merecem um reconhecimento especial de suas diferenças dentro de uma cultura política dominante. Esse reconhecimento pode assumir as formas de reconhecimento das contribuições para a vida cultural da comunidade política como um todo, uma exigência de proteção especial sob a lei para certos grupos culturais ou direitos autônomos de governança para certas culturas (KYMLICKA, 1995).

<sup>5</sup> Adrian Favell em seu trabalho seminal intitulado *Filosofias de integração: a imigração e a ideia de cidadania na França e na Grã-Bretanha* (1998) também dão conta da evolução das políticas de integração e do impacto dos debates políticos sobre a questão da integração na epistemologia das ações nacionais identidade e filosofia pública. Sua abordagem de dependência de caminho histórico é semelhante à proposta nesse artigo, no sentido de que ambos os estudos introduzem momentos históricos significativos como a crise econômica ou

### Contexto histórico do termo 'integração'

Historicamente, nos países de acolhimento, tanto as instituições do Estado como algumas partes da sociedade perceberam que os imigrantes eram indesejáveis, mas também como uma necessidade econômica. Até a década de 1960, a política de Anglo-conformidade era o modelo de gestão da imigração nos Estados Unidos, Canadá e Austrália. Esses países simplesmente exigiram que seus imigrantes se adequassem à cultura hospedeira (KYMLICKA, 1995). A expectativa era que, depois de residir no país por um longo período de tempo, os imigrantes internalizariam automaticamente a cultura e os valores da sociedade hospedeira. Nesse sentido, a integração foi entendida como assimilação.

Para ilustrar, Castles e Davidson (2000, p.298) argumentam que:

"as políticas de integração são muitas vezes simplesmente uma forma mais fraca de assimilação, com base na ideia de que a adaptação é um processo gradual em que a coesão e a interação do grupo desempenham um papel importante. No entanto, o objetivo final é a absorção completa na cultura dominante".

Além disso, Alund e Schierup (1986) salientam que, na literatura de imigração europeia, a integração foi tratada como idêntica à assimilação, uma vez que o resultado final da integração de um imigrante é um agente que se comporta e fala exatamente como os nacionais do país anfitrião. O exemplo mais vívido disso seria o discurso oficial francês sobre a imigração até a década de 1970, que definiu a integração como uma "adaptação unilateral do imigrante às leis e aos costumes da França e dos franceses, a superioridade da cultura francesa e nacional identidade" (WEIL, CROWLEY, 1994, P.103).

No entanto, durante a década de 1970,

"sob a pressão de grupos de imigrantes, os três países [os Estados Unidos, Canadá e Austrália] rejeitaram modelos assimilacionistas e adaptaram uma política mais tolerante e pluralista que permite e encoraja os imigrantes a manter vários aspectos de sua etnia" (KYMLICKA, 1995, p.14).

Além disso, em 1964, o governo britânico aceitou a noção de integração. Roy Jenkins, então Secretário do Interior, definiu o termo integração como "não um processo de uniformização, mas a diversidade cultural, juntamente com a igualdade de oportunidades em uma atmosfera de tolerância mútua" (WEIL, CROWLEY, 1994, p.121).

---

um ataque terrorista como o desencadeador que inicia debates sobre a imigração como um problema fundamental da ordem social.

Esse tipo de compreensão do termo integração está associada ao multiculturalismo. Em geral, o multiculturalismo sugere que o reconhecimento da diversidade cultural proporcionará um melhor ambiente para a integração dos imigrantes. Neste contexto, políticas multiculturais surgiram como uma solução bem fundamentada para os possíveis problemas que decorrem do pluralismo cultural.

Muitos países que receberam imigrantes no Ocidente abraçaram políticas multiculturais com a esperança de construir caminhos para integrar grupos imigrantes com a comunidade maior. O termo multiculturalismo geralmente se refere a todas as realidades, teorias, políticas e discursos públicos relevantes em relação ao reconhecimento das diferenças culturais a nível institucional e social. A diferenciação entre essas áreas é essencial para entender as nuances do multiculturalismo (BLOEMRAAD, 2011).

O Canadá é exemplar entre os países que recebem imigrantes ao abraçar as políticas multiculturais como uma estratégia de integração. Historicamente, o Canadá respondeu ao movimento separatista no Quebec e às demandas de suas minorias étnicas ao abraçar o multiculturalismo. Em 1971, o primeiro-ministro Trudeau declarou o Canadá como uma nação bilíngue e multicultural que deve proporcionar condições e instituições mais justas para a aceitação e reconhecimento de minorias etnoculturais. Para esse fim, o estado canadense assumiu os deveres de promover a aceitação das diferenças, apoiar as organizações étnicas, fazer uso da imprensa étnica como parte padrão da comunicação do governo e encorajar instituições e organizações a explorar áreas de preocupações comuns, como direitos e racismo (HEISLER, 1992).

Afinal, o multiculturalismo no Canadá se apresenta como uma realidade demográfica (BLOEMRAAD, 2011). O Canadá tem uma das populações mais diversas e pluralistas do mundo. De acordo com a Pesquisa Nacional de Agregados de 2011, a população canadense é composta por mais de 200 origens étnicas – 13 origens étnicas diferentes ultrapassaram a marca de 1 milhão. Em 2011, a população imigrante ultrapassou as 6.500.000 pessoas, o que representa 20,6% da população total (STATISTIQUE CANADA, 2006).

Além de se referir a um fato demográfico sobre a composição da sociedade, o termo multiculturalismo pode ser empregado para dar referência a teorias, políticas governamentais e discursos públicos no contexto canadense. As teorias multiculturais preocupam-se em serem justas com os imigrantes quanto às expectativas oficiais e sociais de adaptação e as condições de sua integração. Para que este processo de integração seja justo, Kymlicka (1995) argumenta que as instituições políticas devem atuar de forma culturalmente consciente em relação às diferenças e necessidades dos grupos de imigrantes. Essas teorias multiculturais visam, a longo prazo, "conectar grupos minoritários

ao conjunto, através de contribuição, participação, intercâmbio e aquisição de linguagem” (REITZ *et al.*, 2009, p.19). A aplicação deste quadro teórico geral às respostas políticas é chamada de políticas multiculturais.

As políticas multiculturais geralmente se referem aos programas e regulamentos estatais que são claramente enquadrados para reconhecer uma demanda particular de reconhecimento cultural de um grupo étnico ou cultural. As políticas multiculturais são abundantes no Canadá e às vezes são o tema de numerosos debates públicos. Para ilustrar, hoje no Canadá, os homens *sikhs* podem usar seus turbantes quando integrantes da icônica Polícia Montada.

Esta é uma política multicultural porque a regulamentação do uniforme da Polícia Montada é reformulada para permitir que os *sikhs* usem seu código de vestimenta tradicional durante o seu dever. Esta política ajuda os homens *sikhs* a serem integrados à sociedade em geral, preservando suas diferenças culturais e religiosas. Portanto, o reconhecimento das diferenças culturais está na vanguarda da formulação de políticas multiculturais.

No entanto, nem todas as demandas de reconhecimento de diferença cultural podem chegar ao nível das políticas no Canadá. Por exemplo, em 2004, um apelo legal dos imigrantes muçulmanos no Canadá para o estabelecimento de tribunais da Sharia para regular os assuntos familiares dos membros do grupo foi imediatamente descartado, pois o alcance poderia exceder os limites de tolerância que podem ser estabelecidos em um Estado democrático liberal (THE GUARDIAN, 2008).

Por fim, a tradição das políticas multiculturais reflete o discurso geral em torno de questões de imigração e a forma como os políticos e a sociedade canadense, em geral, justificam e legitimam o grau e o alcance da tolerância para as diferenças culturais que pretendem alcançar. O grau e o alcance da tolerância são determinados discursivamente pela interpretação dominante sobre a natureza e a semelhança das culturas minoritárias em comparação com a cultura canadense. Através de uma análise detalhada de relatórios de políticas e artigos acadêmicos, Li (2003) argumenta que o grau em que os imigrantes convergem para o desempenho médio dos canadenses nativos e seus padrões normativos e comportamentais tornou-se uma medida típica da integração de imigrantes no Canadá.

“Assim, na medida em que os imigrantes ganham tanto quanto os canadenses nativos, eles são considerados economicamente bem integrados. Da mesma forma, a integração social bem sucedida implica que os imigrantes adotaram a língua inglesa ou francesa, afastando-se de enclaves de imigrantes concentrados etnicamente, e participando de atividades sociais e políticas da sociedade dominante, em suma, descartando as diferenças consideradas fora da sociedade

dominante. O que constitui uma integração desejável dos imigrantes é dado como certo no discurso da imigração. Consequentemente, há uma forte expectativa de que os imigrantes devem aceitar a prática e o padrão prevaletentes do Canadá e tornar-se semelhante à população residente. O discurso apoia nominalmente a diversidade cultural, mas diferenças culturais específicas, especialmente aquelas consideradas muito distantes do padrão canadense, são vistas como obstáculos à integração. O discurso reconhece o valor da diversidade, mas ao mesmo tempo questiona-se na premissa de que a crescente diversidade racial e a diferença cultural enfraquecem o consenso normativo e a coesão social do Canadá". (LI, 2003, p.316)

No que diz respeito à análise do discurso de Li, a possibilidade de integração dos imigrantes é menos provável quando os imigrantes são muito diferentes. Ao contrário da teoria e das políticas multiculturais, o discurso multicultural compreende a integração dos imigrantes de maneira mais assimilacionista. Essa ênfase contraditória do discurso multicultural sobre similaridade de imigrantes funciona em benefício de alguns dos decisores políticos canadenses. Por um lado, eles podem representar o Canadá como tolerante à diversidade étnica e cultural através de alguns exemplos de políticas multiculturais para atrair imigrantes.

Por outro lado, os decisores políticos são capazes de informar os canadenses através de um discurso multicultural sobre a integração que a sua ansiedade sobre a pluralização cultural é deslocada porque o limite e o alcance da tolerância à diversidade são muito limitados e utilizados para direcionar os imigrantes para assimilarem a cultura canadense. Nesse sentido, mesmo em um país onde o multiculturalismo é oficialmente adotado, o termo integração às vezes pode ser interpretado com subversões assimilacionistas, já que a atitude pública em relação à diversidade é afetada negativamente por eventos específicos e mudanças governamentais.

Especialmente após o 11 de setembro, a teoria do multiculturalismo como estratégia para alcançar a integração dos imigrantes perdeu sua popularidade à medida que as questões de segurança nacional ganharam destaque. Nos países onde o multiculturalismo já foi celebrado, muitos começaram a reconsiderar essas políticas e a sua teoria devido à significativa tensão interétnica (REITZ *et al.*, 2009; VERTOVEC, WESSENDORF, 2010). Na Grã-Bretanha, a política social passou de defender a tolerância das diferenças culturais à exigente coesão social e a comunidade entre a sociedade de acolhimento e os grupos de imigrantes.

Muitos decisores políticos em todo o Ocidente argumentaram que tolerar as diferenças culturais leva à marginalização e à radicalização dos imigrantes e que é melhor exigir que os imigrantes se integrem em um quadro liberal em

prol da segurança nacional e da coesão social (VERTOVEC, WESSENDORF, 2010). Por exemplo, a Austrália revisou suas políticas multiculturais e de imigração como resultado de preocupações com a segurança nacional que emergiram após os atentados de 11 de setembro e de Bali.

Até recentemente, as políticas e os discursos sobre a integração dos imigrantes nos países da Europa Ocidental tinham sido estudados e analisados em relação aos modelos nacionais (BRUBAKER, 1992). “Por toda a década de 1980 e em meados da década de 1990, os estudiosos costumavam fazer distinções entre a cidadania étnica e cívica entre os países receptores de imigrantes” (BLOEMRAAD, 2007, p.317-318).

Por conseguinte, argumentou-se que países como a França e os Estados Unidos com a sua tradição de cidadania cívica com base em vínculos políticos são mais inclusivos em relação aos seus imigrantes em comparação com países como Alemanha e Turquia com a tradição de cidadania étnica baseada em nexos culturais e de linhagem (BRUBAKER, 1992). Desde o início dos anos 2000, a análise do modelo nacional para a questão da integração dos imigrantes na Europa começou a não ter muito sentido, pois as “principais características das soluções políticas oferecidas em resposta à crise da integração são o enfraquecimento do carácter distintivo nacional e uma convergência com respeito às formas e conteúdos da política de integração” (JOPPKE, 2007, p.2).

De acordo com Joppke (2007), existem duas razões para a convergência das políticas de integração na Europa, ou seja, uma aceitação oficial da imigração como uma necessidade para a Europa pelos círculos políticos e o processo de europeização que traz o mandato de imigração sob a competência do direito da Comunidade Europeia. A convergência da política de integração resultou em dois novos esquemas políticos, a saber, a ‘integração cívica’ para os recém-chegados e as leis anti-discriminação para os imigrantes de segunda e terceira geração.

Por um lado, a política de integração cívica para os recém-chegados parece muito como a assimilação, pois exige que os imigrantes aceitem a superioridade moral do liberalismo secular, a saber, a liberdade, a igualdade e a neutralidade religiosa no espaço público (FARRIS, 2014). Essa demanda é traduzida em políticas sob a forma de aulas de integração obrigatória na Alemanha e nos Países Baixos. Nessas aulas, os imigrantes aprendem sobre a linguagem, as instituições estatais e, sobretudo, os valores liberais, como a igualdade de gênero e a liberdade de expressão, que eles devem aceitar incontestavelmente uma vez que se estabelecem na Europa.

Além disso, na França, um ‘contrato de recepção e integração’ que deve ser assinado pelos imigrantes para obter a sua primeira autorização de

residência tornou-se obrigatório em 2006. O contrato “inclui o compromisso de respeitar as leis e valores da República, os dias do treinamento educacional e um teste de linguagem” (SIMON, 2014, p. 208). Neste contexto, o ônus da integração é recai sobre o imigrante a integração cívica é um processo unidirecional. Assume que os requerentes de imigração já se ajustaram ou podem ser ajustados a sociedade de destino e que possuem recursos financeiros e cognitivos suficientes para se instalar sem colocar um fardo adicional sobre o país (SIMON, 2014).

Essas práticas também são empregadas como um método indireto para admitir imigrantes que provam que podem ser assimilados. Por outro lado, as políticas anti-discriminação defendidas para a segunda e terceira geração são muito parecidas com o multiculturalismo, na medida em que visam eliminar a discriminação contra os imigrantes nas instituições estaduais e no local de trabalho devido às suas identidades étnicas e religiosas e políticas comuns com a intenção de um tratamento justo das diferenças culturais. Assim, o eixo assimilação-multiculturalismo ainda faz sentido para entender o que está acontecendo no Ocidente, hoje.

Até agora, buscamos apresentar uma breve introdução das interpretações históricas do termo ‘integração’. A discussão acima revela que a interpretação do termo ‘integração’ foi reconstruída historicamente com base em preocupações públicas temporariamente resolvidas com relação aos efeitos da diversidade do migrante na coesão social e segurança e empregada em formas opostas – assimilação e eixo multicultural – por alguns decisores políticos e estudiosos da imigração. Em seguida, explicaremos as consequências de levar a compreensão da integração da sociedade de acolhimento no valor de face em nossos estudos de integração de imigrantes. Buscaremos responder a pergunta: as preocupações do público em relação à estabilidade, à segurança e à coesão social são ideologicamente usadas para justificar o domínio dos interesses da sociedade de acolhimento?

### **Problemas com a abordagem dominante**

Como pode ser visto a partir desta breve construção histórica do termo ‘integração’, o eixo de assimilação-multiculturalismo aborda o problema da integração dos imigrantes sob a preocupação com a coesão social, a identidade nacional e a segurança do país anfitrião. Acreditamos que essa perspectiva compreende a questão da integração de imigrantes com base em falsos pressupostos sobre esses termos abstratos. Isso gera problemas fictícios e desvia nossa atenção dos problemas estruturais de desigualdade, discriminação e exclusão política. No geral, não nos fornece uma sólida estrutura analítica para abordar questões de justiça no estudo da integração de imigrantes.

Abaixo, buscaremos expor esses problemas, reconfigurando nossa perspectiva sobre a relação entre cidadania, identidade nacional e coesão social.

Para começar, a abordagem dominante tem a necessidade de uma identidade nacional comum para a sobrevivência democrática, a estabilidade social e a coesão da sociedade de acolhimento. No entanto, essa relação causal entre a identidade nacional e a coesão social é entendida principalmente nas premissas falsas em conceitos altamente abstratos. Para ilustrar, o ideal de cidadania universal sempre foi atualizado no contexto da identidade nacional. Na prática, o ideal da cidadania universal está em desacordo com a realidade do Estado-nação, porque um cidadão é sempre um membro de uma nação (CASTLES, DAVIDSON, 2000).

Assim, a cidadania como um ideal deve ser universal acima das identidades particulares, mas "existe apenas no contexto de um Estado-nação, baseado na sociedade cultural – na crença em ser diferente de outras nações" (CASTELOS, DAVIDSON, 2000, p. 12). Bosniak (2008) argumenta que os pressupostos sobre como a cidadania limitada nas sociedades nacionais são aceitas e inquestionáveis pela maioria dos teóricos, pois apenas questionam o que a cidadania exige das pessoas dentro de um estado nacional.

Nesse sentido, "a identidade nacional é, de fato, um conceito semelhante a Janus que gera coesão, incorporando indivíduos através da cidadania, ao mesmo tempo que exclui outros indivíduos criando e reproduzindo hierarquias entre membros da polis" (SIMON, 2014, p.221). Kymlicka (2007) também aponta um problema inerente dentro da compreensão clássica do estado liberal e da cidadania universal. O envolvimento do Estado liberal com a prática de 'construção da nação' revela não só a natureza paradoxal das suposições universais sobre a igualdade de cidadania, mas também as injustiças que foram feitas aos grupos que não pertencem à identidade nacional da maioria em uma comunidade.

Este paradoxo emana do entendimento comum de que "a ideia de democracia exige algumas estruturas de integração, alguma capacidade cultural para a comunicação interna e alguma solidariedade social do povo" (CALHOUN, 2007, p.154). Após o estabelecimento da ordem de Vestefália, a identidade nacional foi empregada para satisfazer esta necessidade. Nesta perspectiva, o compartilhamento da identidade étnica primordial é a força vinculativa entre os cidadãos. Acredita-se que essa homogeneização nacional gerasse uma estrutura de valor comum que seja necessária para criar confiança entre os cidadãos que compartilham direitos e obrigações iguais dentro dos limites de um Estado-nação.

No entanto, com as lutas pela emancipação das minorias e o aumento das populações imigrantes nas últimas três décadas, a força vinculativa da 'nação'

começou a desaparecer. Qual é a alternativa para a identidade nacional? Esta questão foi questionada por muitos teóricos políticos, porque não apenas indica a natureza paradoxal dos pressupostos universais sobre a igualdade de cidadania, mas também revela as injustiças que foram feitas aos grupos que não pertencem à identidade nacional da maioria em uma sociedade.

Teóricos como Vertovec (1999) e Young (2000) argumentam que a ênfase na homogeneidade nacional causou discriminação e segregação de imigrantes nas sociedades ocidentais e oferece uma abordagem alternativa à cidadania que não se baseia na identidade nacional. Eles reconfiguram a relação entre cidadania e nacionalidade de várias maneiras. Os críticos da cidadania baseados na nacionalidade oferecem diferentes concepções de cidadania que reconhecem a relevância política da diferença e do tratamento diferenciado e o reconhecimento dos direitos especiais das minorias.

Para ilustrar, Young afirma que “as normas da democracia exigem a inclusão e a igualdade política, porque os resultados políticos só podem ser considerados legítimos se aqueles que devem obedecer ou se adaptarem a eles tiveram uma parte na sua formação” (YOUNG, 2000, p. 53). Ela defende a cidadania diferenciada através da representação grupal. Segundo Young (2000), a inclusão não deve significar simplesmente a igualdade formal e abstrata de todos os membros da política como cidadãos. Significa reconhecer explicitamente as diferenciações e divisões sociais e encorajar grupos situados de forma diferente para dar voz às suas necessidades, interesses e perspectivas sobre a sociedade de maneiras que atendam condições de razoabilidade e publicidade.

Nesse sentido, alguns dos grupos estão estruturalmente dominados. A cidadania diferenciada onde os grupos excluídos acham sua voz é um elemento necessário para o ideal de inclusão política. Enquanto Young não fala sobre imigrantes como um grupo geral, ela geralmente dá uma lista de grupos excluídos, incluindo grupos de imigrantes socialmente marcados, como os asiáticos americanos. Young argumenta que muitas das exigências dos imigrantes para o reconhecimento de suas diferentes identidades emanam das “relações estruturais de privilégio e desvantagem e [são] raramente afirmadas por eles mesmos” (YOUNG, 2000, p.106). Nesse sentido, o problema da inclusão política dos imigrantes pode ser resolvido pelo reconhecimento de suas dificuldades econômicas e sociais causadas pela sua diferença étnica.

Críticos da cidadania diferenciada acusam o tratamento particular de grupos minoritários por enfraquecer as relações integrativas dentro do Estado Nação. Por exemplo, Walzer argumenta que, na distribuição dos benefícios da cidadania, a comunidade política tem o direito de proteger sua integridade e seu significado cultural ao não admitir ou incluir estrangeiros/imigrantes na

comunidade, com exceção do princípio universal da ajuda mútua (WALZER, 2003).

Walzer defende sua posição, apontando as realidades dos Estados Nações e fronteiras e como os conflitos só podem ser resolvidos pacificamente em comunidades políticas estreitamente integradas com cultura e significado compartilhados. No entanto, os defensores de fronteiras fechadas como Walzer assumem a associação da democracia com o Estado Nação, conforme necessário. Em contrapartida, os pós-nacionalistas afirmam que a força presumida vinculativa da identidade nacional nas comunidades democráticas não deve ser tomada como concedida e a identidade nacional, uma vez que a força obrigatória deve ser substituída por patriotismo constitucional em sociedades étnicamente diversas.

Honneth (2015), em seu recente livro intitulado "Direito da Liberdade: Os Fundamentos Sociais da Vida Democrática", ressalta que Durkheim apresenta a importância da associação entre cidadania e estado-nação há um século. Por conseguinte, Durkheim argumenta que enquanto existirem os estados, sempre haverá um amor social. E nada poderia ser mais legítimo. Mas, em vez de dirigir seu amor próprio e ambição para se tornarem os mais ricos e os mais poderosos, eles poderiam procurar tornar as sociedades mais justas, melhores organizadas e com melhor condição moral.

Honneth argumenta que se tornou inevitável desafiar o pressuposto geral sobre a dependência da solidariedade na identidade nacional, pois elimina qualquer tipo de oportunidades para os imigrantes serem integrados na sociedade de acolhimento como membros iguais. A cultura de fundo que mantém as pessoas unidas e permite uma deliberação democrática pacífica não precisa necessariamente depender do nacionalismo.

Honneth (2015) dá exemplos de países imigrantes como o Canadá e os Estados Unidos para revelar como Estados com uma forte cultura democrática podem sobreviver sem uma identidade nacional singular. Ele argumenta que os cidadãos também podem se sentir pertencentes e integrados à sua sociedade como membros socialmente livres ao considerar a constituição de sua comunidade democrática como uma inspiração para realizar e aperfeiçoar os princípios morais universais contidos nesses documentos à luz de suas próprias experiências históricas, os cidadãos podem obter confirmação de sua coesão política e conexão emocional uns com os outros.

De acordo com Honneth, acreditamos que, se a ênfase na necessidade da identidade nacional para a coesão social continuar pela questão da integração, não só pode perpetuar o tratamento injusto das minorias, especialmente os imigrantes, mas também pode continuar a gerar conflitos entre grupos etnicamente diferentes. Enquanto a nacionalidade for entendida como o único

vínculo cívico entre os cidadãos, os imigrantes seriam percebidos como invasores potencialmente ameaçadores.

Além disso, o argumento de que a diversidade étnica dos imigrantes prejudicará a coesão social do país anfitrião depende de uma suposição subjacente sobre a existência de unidade dos nacionais no país anfitrião. Isso direciona não só os políticos, mas também a pesquisa da teoria política para uma ambição impossível: recuperar uma ordem perdida que na verdade nunca foi – a coesão social. Vertovec (1999, p.12) argumenta, com razão, que

“a coesão social só é invocada por sua ausência: isto é, enquanto raramente somos apresentados pontos de vista sobre o que um alto grau de coesão social pode parecer, somos bombardeados com descrições da falta de coesão social na sociedade contemporânea”.

A falta de coesão social é um termo abstrato que é empregado para se referir aos problemas socioeconômicos que a sociedade enfrenta, como alta incidência de crimes, desemprego e sem-teto, crescente desconfiança dos vizinhos e do governo, piora da qualidade dos serviços sociais, novas manifestações de racismo e xenofobia, um enraizamento da apatia política. Os problemas socioeconômicos que a maioria da população enfrenta às vezes foram culpados pela própria existência de imigrantes. A população imigrante torna-se instantaneamente o bode expiatório, uma vez que é percebida como a razão pela qual a sociedade carece de coesão e sofre com esses problemas socioeconômicos.

### **À guisa de conclusão**

Portanto, a noção abstrata de coesão social também é historicamente construída e desconstruída à medida que as tensões entre novos grupos de identidade ocorrem e são resolvidas através do reconhecimento e da negociação ou desacordo entre esses grupos étnicos. Acreditamos que a dependência dos laços nacionais para a coesão social pode eventualmente propagar a segregação de grupos etnicamente diferentes. Os movimentos nacionalistas, que estão tentando restaurar a solidariedade nacional, inflamam o conflito étnico. De várias maneiras, a ameaça dos imigrantes à segurança nacional está sendo fabricada através da falsa presunção sobre o status da solidariedade nacional diante da diversidade étnica.

Além disso, a conexão entre cultura e identidade individual foi abordada com base em uma rígida compreensão das diferenças culturais através da identidade nacional. As identidades étnicas dos imigrantes foram tratadas como algo para ser assimilados ou para ser incentivados a florescer. Assim, a demanda por reconhecimento por grupos de imigrantes foi abordada a partir de

uma rígida perspectiva de identidade grupal. A questão básica a ser respondida tornou-se o grau e o alcance da tolerância que os estados liberais podem mostrar às identidades rígidas e frequentemente opostas de seus imigrantes. O foco principal tem sido a compatibilidade entre os valores liberais inerentes à identidade nacional dos países ocidentais e as identidades etnoculturais dos grupos de imigrantes. Como resultado, essa abordagem da integração desviou nossa atenção das patologias sociais que os imigrantes sofrem no país anfitrião.

Esta orientação unilateral não nos fornece uma estrutura analítica robusta para enfrentar as injustiças enfrentadas pelos imigrantes, o que, acreditamos, dificulta a integração dos imigrantes em primeiro lugar. Ao contrário da perspectiva dominante, propomos compreender o ideal de integração a partir da perspectiva do imigrante. Para fazer esta importante mudança de perspectiva, precisamos entender as condições da ordem institucional existente na qual os imigrantes estão sendo convidados a se integrar.

Com isso, empregar a teoria do reconhecimento de Honneth nos permite fazer inferências sobre a integração dos imigrantes e a transformação da sociedade de acolhimento criticando a interpretação dos princípios normativos da justiça que se manifesta na ordem institucional existente nas sociedades capitalistas modernas. Neste estudo, argumentamos que a questão da integração social e política dos imigrantes deve ser entendida além da perspectiva da identidade nacional e da coesão social e deve ser abordada a partir de uma perspectiva de justiça democrática. O problema normativo que a teoria política enfrenta hoje é o curso que a transformação das instituições políticas e dos valores sociais do país anfitrião frente pluralismo cultural em prol da justiça, da inclusão e da igualdade.

### Referências bibliográficas

- ALUND, A.; SCHIERUP, C. 1986. *Will they still be dancing?* Integration and ethnic transformation among Yugoslav immigrants in Scandinavia. Umea: University of Umea.
- BANTON, M. 2010. National integration in France and Britain. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 27, n. 1, pp. 151-168.
- BLOEMRAAD, I. 2017. The Debate Over Multiculturalism: Philosophy, Politics, and Policy. *Migration Policy Institute*, set. 2011. Disponível em: <<https://www.migrationpolicy.org/article/debate-over-multiculturalism-philosophy-politics-and-policy>>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- BLOEMRAAD, I. 2007. Unity in diversity?: Bridging Models of Multiculturalism and Immigrant Integration. *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, [S.L], vol. 4, n. 2, pp. 317-336.

- BLOEMRAAD, I.; KORTEWEG, A.; YURDAKUL, G. 2008. Citizenship and Immigration: Multiculturalism, Assimilation, and Challenges to the Nation-State. *Annual Review of Sociology*, vol. 34, pp. 153-179.
- BOSNIAK, L. 2006. *The citizen and the alien: Dilemmas of contemporary membership*. Princeton: Princeton University Press.
- BRUBAKER, R. 1992. *Citizenship and nationhood in France and Germany*. Cambridge: Harvard University Press.
- CAGAPTAY, S.; AKTAS, O.; OZDEMIR, C. 2016. The Impact of Syrian Refugees on Turkey. *The Washington Institute*. Disponível em: <<http://www.washingtoninstitute.org/policy-analysis/view/the-impact-of-syrian-refugees-on-turkey>>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- CALHOUN, C. 2007. Nationalism and cultures of democracy. *Public Culture*, [S.L], v. 19, n. 1, pp. 151-173.
- CASTLES, S.; DAVIDSON, A. 2000. *Citizenship and migration: Globalization and the politics of belonging*. Londres: Psychology Press.
- CASTLES, S.; KOSACK, G. 1985. *Immigrant workers and class structure in Western Europe*. 1 ed. Oxford: Oxford University Press.
- FARRIS, S. 2014. From the Jewish question to the Muslim question. Republican rigorism, culturalist differentialism and antinomies of enforced emancipation. *Constellations*, vol. 21, n. 2, pp. 296-307.
- FAVELL, A. 2003. Integration nations: The nation-state and research on immigrants in Western Europe. *Comparative Social Research*, [S.L], v. 22, n. 1, pp. 13-43.
- GÖKSEL, G. 2014. Unity within diversity: the issue of immigrant integration in Europe. *Daily Sabah*. Disponível em: <<https://www.dailysabah.com/opinion/2014/06/17/unity-within-diversity-the-issue-of-immigrant-integration-in-europe>>. Acesso em: 15 dez. 2017.
- HAMBERGER, A. 2009. Identity, integration and citizenship: Immigrant integration: Acculturation and social integration. *Journal of Identity and Migration Studies*, vol. 3, n. 2, pp. 3-21.
- HEISLER, B. 1992. The future of immigrant incorporation: Which models? Which concepts?. *The International Migration Review*, vol. 26, n. 2, pp. 623-645.
- HONNETH, A. 2015. *O direito da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- JOPPKE, C. 2007. Immigrants and civic integration in Western Europe. In: COCHRANE, T; SEIDLE, L. *Belonging? Diversity, recognition and shared citizenship in Canada*. Montreal: Institute for Research on Public Polic.

- KYMLICKA, W. 1995. *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights*. Oxford: Clarendon Press.
- LACROIX, C. 2010. *Immigrants, literature and national integration*. Nova York: Springer.
- LI, P. 2003. Deconstructing Canada's discourse of immigrant integration. *Revue de l'integration et de la migration internationale*, vol. 4, n. 3, pp. 315–333.
- NIESSEN, J.; HUDDLESTON, T. 2009. *Legal Frameworks for the Integration of Third-Country Nationals*. Leiden: Brill.
- ONU. *International migrants stock dataset in 2015*. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/migration-regions-infographics.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2017.
- PENNINX, R. 2005. Integration of migrants: Economic, social, cultural and political dimensions. In: MACURA, Martin. *The new demographic regime: Population challenges and policy responses*. Nova York: UN Publications.
- REITZ, J. et al. 2009. *Multiculturalism and social cohesion: Potentials and challenges of diversity*. Nova York: Springer.
- SIMON, P. 2014. Contested citizenship in France: the republican politics of identity and integration. Disponível em: <<http://paa2015.princeton.edu/papers/151284>>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- STATISTIQUE CANADA. *La mosaïque ethnoculturelle du Canada, Recensement de 2006: portrait national*. Disponível em: <<http://www12.statcan.gc.ca/census-recensement/2006/as-sa/97-562/p5-fra.cfm>>. Acesso em: 16 dez. 2017.
- THE ECONOMIST. *The lurking monster*. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/12321563>>. Acesso em: 16 dez. 2017.
- THE GUARDIAN. *Sharia law in canada, almost*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/news/blog/2008/feb/08/sharialawincanadaalmost>>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- VERTOVEC, S. 1999. *Migration and social cohesion*. Aldershot: Edward Elgar.
- VERTOVEC, S., WESSENDORF, S. 2010. *Multiculturalism backlash: European discourses, policies and practices*. Nova York: Routledge.
- WALZER, M. 2003. *As esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- WEIL, P.; CROWLEY, J. 2007. Integration in theory and practice: A comparison between France and Britain. *West European Politics*, vol. 17, n. 2, pp. 110-

126.

YOUNG, I. 2000. *Inclusion and democracy*. Oxford: Oxford University Press.